

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO**
REQUERIMENTO Nº , DE 2014
(Do Sr. Renato Molling)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio para discutir a ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica, com a presença do Ministro de Minas e Energia, dos Presidentes da CCEE, da Abraceel, da Aneel, da ANACE, da APINE, e de representante do IDEC.

Senhores Deputados,

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Audiência Pública para discutir a ampliação do Mercado livre de Energia Elétrica no Brasil, com a presença dos seguintes convidados:

Sr. Edison Lobão – Ministro de Minas e Energia (MME);

Dr. Luiz Eduardo Barata Ferreira – Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;

Dr. Reginaldo Almeida de Medeiros – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel);

Dr. Romeu Donizete Rufino – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);

Dr. Carlos Faria – Presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE);

Dr. Luiz Fernando Vianna – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE);

Dr. Adilson de Oliveira – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC).

JUSTIFICATIVA

O Mercado Livre de energia elétrica no Brasil representa, hoje, 27% do consumo nacional. Em que pese representar expressiva participação, sabe-se que esta poderia elevar-se, face às restrições de natureza legal.

Na nossa visão, sem comprometer as exigências que devem ser observadas em relação à segurança do sistema elétrico, é perfeitamente possível não só aumentar o número de consumidores industriais ou comerciais do mercado livre, mas também estender os seus benefícios a outros segmentos da economia brasileira, como os próprios consumidores residenciais.

Atualmente, apenas 1.727 grandes consumidores têm o privilégio de fazer parte do grupo beneficiado pelo mercado livre de energia elétrica. Caso a legislação seja flexibilizada, mais consumidores industriais ou comerciais e residenciais poderão ser classificados como consumidores livres, fazendo com que a economia brasileira se torne mais competitiva, ao mesmo tempo em que eleva os níveis de emprego e de renda. Já existe amparo legal para que essa flexibilização ocorra por parte do Ministério de Minas e Energia.

Assim, como é atribuição desta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio discutir assuntos relativos à ordem econômica nacional, encaminho o presente requerimento, para apreciação dos pares, pelo que peço deferimento.

Sala das Sessões, de novembro de 2014.

Renato Molling
Deputado Federal (PP-RS)